

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO IVAÍ E IVAIPORÃ – PR.

Monique Libni Marins de Almeida Rodrigues(PIBIC/CNPq/FA/Uem), Natani Priscila Neves de Souza (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Ailton José Morelli (orientador), e-mail: ajmorelli@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Ivaiporã-PR

História

Palavras chaves: direitos da criança e do adolescente, direitos humanos, violência.

Resumo:

A discussão que envolve a violência contra a infância e juventude tem criado relevantes debates e pesquisas acadêmicas, a triste realidade da violência contra a infância e juventude acompanha toda história do Brasil, a característica da violência tem se perpetuado com inúmeras formas de violação dos direitos da criança e do adolescente, direitos adquiridos desde a Constituição de 1988. O presente Estudo tem como objetivo tratar dessa discussão da problemática da violência bem como políticas públicas desenvolvidas para o combate a violação dos direitos, seus danos e desdobramentos, com ênfase na constituição de políticas públicas no enfrentamento em rede adotadas no combate a violência intrafamiliar no município de Ivaiporã e São João do Ivaí – Paraná.

Introdução

A Violência intrafamiliar infantil ainda evoca discussões delicadas no Brasil, isso porque existe ainda uma proteção velada ao agressor, podendo ser membro da família do infante, ou conhecido. No Brasil, apesar das conquistas favoráveis adquiridas em favor da juventude brasileira com a Constituição 1988 e em seguida com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente 1990, os números relacionados a violências contra crianças e adolescentes são alarmantes. A violência pode ser caracterizada como física, psicológica, sexual, dentre outras modalidades. De acordo com o mapa da violência de 2012 o SINAN computou em 2011 cerca de 39.281 mil atendimentos entre crianças e adolescentes na faixa etária entre 1 a 19 anos. Dentro desse panorama, 40% dos casos em atendimento pelo SUS, os tipos de violência mais comuns foram de violência física 40% em seguida violência sexual notificada em 20% dos atendimentos, esses números reforçam a necessidade da implementação de políticas públicas no combate violência contra a criança e o

adolescente no Brasil. O município de Ivaiporã e São João do Ivaí conta com uma rede de proteção ao combate da violência, mas ainda não possui um plano municipal específico contra a violência. Em contato com profissionais da Saúde, do CRAS e CREAS e órgãos de gestão de assistência social, foi possível mapear o funcionamento dos órgãos envolvidos, e averiguar que no município de Ivaiporã ainda não existe um protocolo de combate a violência. Parte da pesquisa foi desenvolvida diretamente com profissionais que atuam na política de assistência social, como o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, mediante aplicação de questionários conseguimos informações que nos últimos 2 anos foram registrados mais 150 casos de abuso sexual infantil no município de Ivaiporã. Um dos procedimentos utilizado com crianças que tem seus direitos violados, é a escuta especializada, feita por um psicólogo preparado para a função.

É essencial que a Rede tenha legitimidade política e social. Isto não significa que deve ser institucionalizada, pois precisa de autonomia e horizontalidade. A legitimidade significa que ela é incorporada às práticas dos serviços e seu trabalho é fundamental para a efetivação das ações no campo da garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. (CASCAVEL, 2010, p. 9)

Segundo análise dos formulários, existe uma aceitável comunicação entre unidade de saúde, conselho tutelar, e educação, principalmente nas escola dos municípios onde existe um maior fluxo de casos de violência notificados, conforme informações da secretaria de saúde, foi informado casos de crianças violadas que estavam em situação de risco e foram afastadas da família biológica e são acompanhadas e encaminhadas para as casas de recuperação e proteção da infância, que desempenha o trabalho de recuperação e proteção da criança em situação de direitos violados. Em junho de 2019 Ivaiporã ganhou o prêmio de gigantes da assistência social, com o projeto valorizando a vida que tem por objetivo a conscientização acerca do uso de drogas e combate à violência infantil.

Matérias e Métodos

A pesquisa traz uma abordagem do tema da violência intrafamiliar contra criança e o adolescente procurando averiguar os casos de violação dos direitos da infância e juventude nos municípios de Ivaiporã e São João do Ivaí. A partir da coleta de dados das denúncias que foram adquiridos junto as instituições de saúde, assistência social, órgão gestor, com psicólogos, assistentes sociais e professores, com base em fundamentação legal do Estatuto da Criança e do Adolescente. As entrevistas foram realizadas individualmente das respectivas áreas de atuação, tendo assim acesso aos números de casos de violência infantil ao fluxo de atendimento ao plano decenal do CMDCA no combate a violência tomando conhecimento de projetos de

assistência em grupos de vivência e dos atendimentos realizados em hospitais e em outros equipamentos da rede.

Resultado e discussões

Em 1990 o Brasil ainda era agitado pela onda da redemocratização, as pessoas debatiam a respeito do futuro do país e foi nesse ano que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, esse documento foi construído através do diálogo de trabalhadores de todo o país que atuavam também na defesa das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi resultado de um grande movimento social que reuniu setores da sociedade brasileira (Ministério Público, Judiciário, pastorais religiosas, movimentos sociais e profissionais de entidades governamentais e não governamentais) em torno da luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes. (LAVORATTI, 2013, p. 73)

O Paraná foi um dos primeiros estados a constituir uma Comissão Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes no final de 2002 e passou a trabalhar com todos os tipos de violência contra a população infanto-juvenil; atuando assim de forma diferente da maioria dos estados brasileiros. Durante os anos de 2003/2004 foi elaborado o Plano Estadual de Enfrentamento a Violências contra Crianças e Adolescentes, que buscava uma forma de enfrentar e solucionar a violência que acometia as crianças e adolescentes do estado do Paraná.

No processo de construção da pesquisa, tivemos discussões e questionamentos oportunos que nos levou a uma abordagem específica para o conhecimento das políticas públicas dentro do município de Ivaiporã e São João do Ivaí, com as entrevistas e questionários aplicados aos psicólogos, professores, assistente social, bem como ao órgão gestor. Foi possível constatar a falta de um protocolo de combate à violência, e, essa deficiência no sistema de articulação das políticas públicas assistência social, saúde e educação, dificulta a eficiência de um melhor resultado no trabalho dos profissionais e instituições envolvidas.

Conclusão

Frente as dificuldade dos casos de violência contra a infância e juventude dentro do município de Ivaiporã e São João do Ivaí é perceptível a necessidade das políticas públicas, das articulações de projetos municipais de um protocolo eficiente, e campanhas contra violação de direitos da juventude desses dois municípios, para que desta forma haja uma potencialização nos atendimentos as crianças que tiveram seus direitos violados, e junto ao CREAS e CRAS foi constatado que em campanhas que envolvem as instituições e a sociedade civil os casos de denúncias de violência aumentam vertiginosamente. É verdade que o caminho a percorrer contra morosidade e burocracia do sistema contra a impunidade dos agressores e o

silêncio dos inocentes é longo, mas aos poucos a discussão dentro desses municípios para que haja um protocolo atendimento específico, vem ganhando força, no enfrentamento contra a violência infanto-juvenil.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação Araucária, uma vez que, não fosse o apoio da instituição a pesquisa certamente não aconteceria, e com absoluta certeza, a oportunidade e a responsabilidade que nos foi conferida é sem dúvidas, importantíssima para o desenvolvimento acadêmico. Agradecemos ao prof. Dr. Ailton José Morelli, pela paciência e por ter aceitado o convite para orientar o presente estudo. Agradecemos a Deus pela sabedoria e pela oportunidade de poder desenvolver com dedicação o presente estudo, também à minha família pelo apoio incondicional.

Referência

BARROS, Mari Nilza Ferrari de; SUGUIHIRO, Vera Lúcia. Abuso sexual e vulnerabilidade de crianças e adolescentes: da cumplicidade do contexto familiar para o descompromisso social. Anais II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

BRASIL. Mapa da Violência 2012 Criança e Adolescente do Brasil. 2012.

LAVORATTI, Cleide. Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças adolescentes no município de Curitiba/PR. 2013, Tese (Doutorado) Curitiba, UFPR, 2013.

MAIA, Ana Paula. A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes: guia de referência. São Paulo: Ação Educativa, 2018. 104p.

MINAYO, M. C. de S. Violência um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros, Brasília, 2005. p. 9-42.

CASCAVEL. Rede de proteção à criança, ao adolescente e à família. NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Cascavel; 2010. WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012, Edição, Rio de Janeiro Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL**, 1ª Edição, Rio de Janeiro – 2012